

Editorial

Naiara Sandi de Almeida Alcantara

Doutoranda, Universidade Federal do Paraná – UFPR

Editora-chefe da RECP

Essa edição n. 2 de 2020 marca os 10 anos desde a criação da Revista Eletrônica de Ciência Política (RECP) e para festejar essa década de construção e crescimento, trouxemos ao leitor dois presentes: o primeiro é um pouquinho da história dos alunos que pensaram o periódico e, o segundo são os artigos que compõem a edição comemorativa, frutos do I Seminário Discente de Ciência Política (I SDCP) da nossa Universidade. Estes, além de demarcarem o primeiro evento do SDCP, também contemplam todas as áreas do programa, i) Comportamento, Representação e Comunicação Política; ii) Elites Políticas e iii) Instituições Políticas e Processos Decisórios, e suas subáreas.

Começamos com o histórico de criação da revista. A RECP foi criada em 2010 pelos alunos da primeira turma de pós-graduação, Giovana Bonamim e Icaro Engler. Foram eles que colocaram em prática a ideia que estava fomentando desde 2009. O nome da revista foi sugestão do professor Adriano Codato. Em 2011, Giovanna e Icaro migraram para outros programas de pós-graduação, e repassaram seus cargos aos alunos Márcio Carlomagno e José Augusto Hartmann que, sob a orientação dos professores Emerson Cervi e Renato Perissinotto, reativaram a revista. Foi nesse período que mais alunos passaram a trabalhar no periódico, à exemplo da discente Karolina Mattos Roeder. Os editores trabalharam arduamente na manutenção das publicações até 2014, quando repassaram os cargos de coordenação a outra turma.

Em 2015 estiveram a frente da RECP, os discentes Fabrícia A. Vieira e Mariel Ramos, seguidos por Camila Mont'Alverne, Giulia S. Fontes e Thais M. Filipi entre 2016 e 2017. Por três anos consecutivos, Flávia Roberta Babireski comandou a revista (2018, 2019 e 2020), por fim, Naiara Sandi de A. Alcantara (2021). Percebemos que nesse entremeio dos cinco primeiros anos (2010 -2015) ocorreu o processo de criação e estabilização da revista, depois as publicações fluíram na periodicidade de no mínimo dois artigos por ano. Certamente a manutenção de um periódico não é tarefa fácil, ainda que com apenas dois números anuais, por isso muito nos orgulha o trabalho desenvolvido pelos alunos que deram materialidade ao sonho, e seus sucessores que trabalharam na manutenção. Lembramos que essa história também não existiria se não fosse uma equipe composta por editores-executivos, revisores e diagramadores.

Agora trataremos sobre os oito artigos que compõem esse número. Abrindo a edição temos o artigo O MINISTÉRIO PÚBLICO E SEUS MECANISMOS DE ACCOUNTABILITY, de Mateus Baptista de Siqueira e Eduardo Maines Breckenfeld, que buscou identificar como o desenho institucional do Ministério Público Brasileiro, especialmente no que se refere a falta de mecanismos suficientes de accountability, se mostra como um fator decisivo para o desenvolvimento do ativismo judiciário de membros do Ministério Público frente às operações recentes de combate à corrupção. Os autores demonstraram que o Ministério Público sofre de uma carência de instrumentos adequados de accountability externa e interna.

O segundo artigo: PROPOSTA DE UM ÍNDICE DE PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA DAS FEDERAÇÕES SUBNACIONAIS DA INDÚSTRIA, de autoria de um dos primeiros criadores da RECP, José Augusto Hartmann, discutiu sobre os padrões de ação, especificamente, do acompanhamento do processo legislativo realizado pelas Federações Subnacionais da Indústria, e como objetivo contribuir com as discussões acerca da qualidade da atuação política do

empresariado no Brasil em âmbito subnacional. O autor confirmou, ao menos em parte, sua hipótese de que houve um processo de profissionalização política das Federações nos anos posteriores à redemocratização. O terceiro texto **AVERIGUAÇÃO DO PORQUÊ DAS DISTINTAS VISÕES SOBRE O ARMAMENTO NUCLEAR DE CADA NOVO GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA NO PÓS-GUERRA FRIA** de Felipe Dalcin Silva, teve como objetivo investigar os fatores que influenciaram as mudanças de perspectiva em relação ao armamento nuclear dos Estados Unidos da América (EUA) em cada governo no pós-Guerra Fria e, dentre suas conclusões, demonstrou que talvez não haja grandes mudanças em relação as armas nucleares, na transição de Trump para Biden.

O quarto texto **A OPINIÃO DO CIDADÃO IMPORTA?** de autoria de Andressa Buttore Kniess, investigou se, e em que medida, os resultados das votações ocorridas na Consulta Pública do Portal e-Cidadania, do Senado Federal, condizem com as decisões tomadas pelos legisladores. Kniess mostrou que pouco mais da metade das proposições analisadas tiveram um desfecho oposto daquele sugerido pelos participantes do Portal. O quinto artigo: **O PARADIGMA DA NUCLEARIZAÇÃO FRENTE À ESTABILIDADE REGIONAL** de autoria de Jaíne G. de Souza, Marianna de O. Rodrigues e Pedro Henrique S. de Oliveira investigou a importância do programa nuclear do Irã para a garantia da estabilidade regional do Oriente Médio, a partir da análise comparada com o exitoso programa nuclear da Coreia do Norte. Seus resultados apontaram para a necessidade de contrabalanço do protagonismo israelense em termos militares e nucleares regionais.

O sexto artigo, **DINHEIRO, DEMOCRACIA E A (SUB) REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NAS ELEIÇÕES DE 2008, 2012 E 2016 NO BRASIL** de Adriana Aurea Mota Bueno e seu orientador Ivan Jairo Junckes, discutiu a influência dos recursos financeiros sobre o fenômeno da sub-representação das mulheres na política brasileira. Dentre os resultados, os autores mostraram que mesmo com valores de arrecadação e perfil semelhantes os homens se elegem mais que o sexo oposto. O sétimo artigo, **ARTICULANDO VANTAGENS POSICIONAIS** de Diogo Tavares propôs um índice para medir as vantagens posicionais do poder Executivo no processo legislativo da Câmara dos Deputados (ICPPL). A partir desse índice, o autor mostrou que há diferenças no domínio presidencial sobre os postos chave entre governos. Fechando essa edição, o artigo intitulado como: **AS PERSPECTIVAS DA REPRESENTAÇÃO SUBSTANTIVA SOBRE A AÇÃO PARLAMENTAR FEMININA NO BRASIL** de Ana Paula C. L. da Silva apresentou um mapeamento do perfil parlamentar das deputadas federais brasileiras que assumiram mandatos nas legislaturas de 2003-2007, 2007-2011 e 2011-2015 por meio da análise da produção legislativa dessas mulheres, com destaque à proposição de projetos de leis.

Fizemos questão de não organizar essa edição através de uma ordem lógica dos temas, justamente para enfatizar a diversidade dos trabalhos que compõe nosso programa e nossa revista, que procura representar a Ciência Política no cenário nacional e internacional. Esperamos que esses artigos auxiliem nas pesquisas futuras da área. Pela inigualável contribuição, agradecemos a todos/as os/as autores/as que escolheram a RECP como meio de divulgação de suas pesquisas e desejamos uma ótima leitura!

Curitiba, junho de 2021.